

PÁRA COM ISSO!

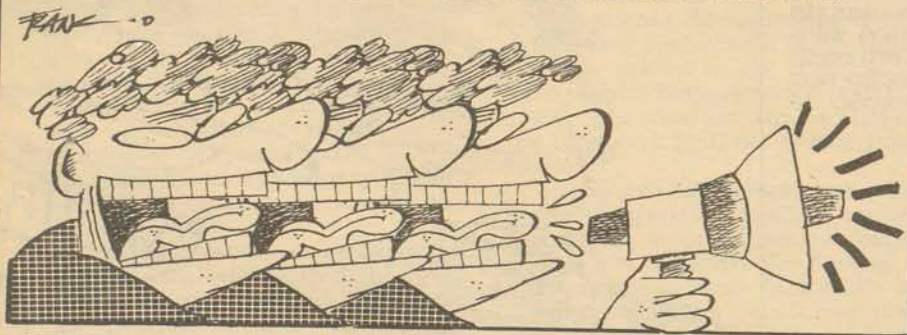
Os empregados da Eletrosul foram surpreendidos na última quarta-feira, pelo comunicado do Diretor Pasim, que anunciou pelo sistema de som a proposta de política salarial da Eletrobrás. A proposta não só fica longe de atender as reivindicações dos eletricitários, como seu anúncio foi um gesto de descaso com o processo de negociação.

A proposta prevê antecipações bimestrais em janeiro de 45% do IRSM (Índice de Reajuste do Salário Mínimo), em maio de 50% do IRSM e em setembro de 55% do IRSM para as parcelas superiores a 6 Salários Mínimos (SM). Nos quadrimestres da lei, também para a parcela salarial superior a 6 SM, haverá reajustes em março, de 75% do FAS (Fator de Atualização Salarial), e em julho, de 85% do FAS. A lei salarial em vigor estabelece antecipações bimestrais de 60% do IRSM, e reajustes quadrimestrais pelo FAS, para a parcela até 6 SM.

Para Mauro Passos, o filme se repete. "Mais uma vez eles estão tentando enfraquecer o movimento sindical esvaziando intencionalmente a reunião que a própria Eletrobrás tinha marcado para esta sexta-feira, dia 29, com o CNE. E se não bastasse esta moletagem, apresentaram uma proposta de política salarial inaceitável, que define, antecipadamente, as enormes perdas que os eletricitários federais vão amargar ao longo do ano".

Os acordos coletivos entre os eletricitários e as mais importantes empresas estaduais de distribuição de energia já tem cláusulas muito mais avançadas que esta. Cemig, Cesp, Cpfl, Eletropaulo, e agora, a Celesc já acertaram com os respectivos sindicatos, reajustes mensais de salários.

O CNE aguardará a formalização desta proposta para então convocar assembléias que se posicionarão sobre a mesma.



Não passará

O Presidente do Congresso Nacional, Mauro Benevides, garantiu ao CNE, representado entre outros por Delman Ferreira, que o projeto de Concessões dos Serviços Públicos não entrará na pauta da Convocação Extraordinária devido à complexidade do assunto.

Antológica

O Sinergia estará lançando dia 4 de fevereiro, às 20 horas, no Palácio Cruz e Sousa, o livro Conto e Poesia, que reúne os 45 trabalhos classificados no concurso que realizou no ano passado. O livro foi composto e editado na Estação de Editoração Eletrônica do Sinergia

LINHA VIVA

Nº 212
28/01/93

Itamar recebe diretor do Sinergia



Dia 25, segunda-feira, o presidente Itamar Franco recebeu no seu gabinete, por uma hora e meia, pessoas ligadas ao setor elétrico. Presentes no encontro o Ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, o presidente da Eletrobrás, Eliseu Rezende, cientistas e representantes de vários setores da sociedade. Pelo Comando Nacional dos Eletricitários lá estava o diretor do Sinergia, João José Cascaes Dias. A conversa foi sobre os problemas que o setor vem atravessando. Cascaes disse ao presidente que o impacto da reforma proposta pelo Executivo agravaria desigualdades regionais, por causa da desqualificação tarifária. Lembrou também o trauma gerado pela reforma administrativa e pediu ao presidente que recuperasse o deteriorado

quadro em que se encontram as empresas. Itamar disse que sua política não geraria mais desemprego e pediu aos presentes sugestões de alternativas para recuperar o setor a serem apresentadas num novo encontro. Na saída da reunião Cascaes falou com o ministro Paulino Cícero e com o presidente da Eletrobrás, Eliseu Rezende sobre os problemas específicos da Eletrosul. Paulino definiu a reforma administrativa como "um desmantelamento planejado da administração pública concebido por centros de decisão externos ao País" e anunciou que haverá mudanças em breve na Eletrosul. Já Eliseu afirmou categoricamente que "não haverá mais demissões".

Audiência

Aconteceu ontem, em Brasília, uma audiência pública na Comissão de Energia da Câmara para discutir o projeto do Executivo que reformula o setor elétrico. Nela ficou clara a intenção do Executivo de passar a toque de caixa seu projeto.

Anistia

Foi incluído no aditamento da Convocação Extraordinária para votação, o Projeto de Anistia aos dirigentes sindicais punidos. Até fevereiro a matéria estará regulamentada.

Fechado acordo na Celesc

Em sua maioria, as assembleias aprovaram a proposta oferecida pela Celesc que contempla os empregados com reajuste mensal. Esta era uma luta de muito tempo dos celesquianos e ela será aplicada a todos os salários. Em relação à cláusula em vigor até hoje, a proposta da empresa apresenta um razoável avanço.

Mesmo assim, Arno Cugnier, da Intersindical, diz que "a categoria deverá permanecer mobilizada, para fazer cumprir, valer de fato, este acordo". Segundo o sindicalista, "os eletricitários buscaram fazer um acordo para todos, sem distinção de cargos ou funções. Esperamos agora que as diretorias dos sindicatos aderentes, depois de terminadas suas férias, não venham com discursos flo-

ridos sobre o fazer algo por suas corporações específicas".

A proposta aprovada determina o cumprimento da lei salarial para todas faixas e nos meses intercalados da política salarial (março, maio, julho e setembro) a aplicação de 80% da variação da arrecadação havida nos meses anteriores, com a garantia mínima de 60% do INPC, em média. O zeramento da inflação de outubro/novembro será feito através de uma antecipação da gratificação acordo (PL) do mês de fevereiro (já reajustado), a ser pago no dia 10 de fevereiro. O auxílio alimentação também passa a ser reajustado pelo INPC, sempre a partir do dia 15 de cada mês.

SINERGIA

Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis

ELEIÇÕES SINDICAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO (Aviso Resumido)

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis - SINERGIA - convoca todos os associados da Base Territorial do Sindicato para as eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal da Entidade, a serem realizadas nos dias 11 e 12 de março de 1993, das 09.00 horas de 11.03.93 às 17.00 horas de 12.03.93, com urnas fixas na Administração Central da CELESC, na Administração Central da ELETROSUL, no Departamento Regional de Florianópolis e no Sertão do Marum e na Sede do Sindicato, além de urnas volantes que percorrerão os demais locais de trabalho da CELESC e da ELETROSUL, na Região da Grande Florianópolis. O processo eleitoral será coordenado pela Comissão Eleitoral, instituída pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 17 de dezembro de 1992, nos termos dos Estatutos do Sindicato e do Edital de Convocação das Eleições, à disposição na sede do SINERGIA, sito na Rua Lacerda Coutinho nº 149, Centro, Florianópolis, Santa Catarina. O registro de chapas poderá ser feito no período de 05 a 19 de fevereiro de 1993, na Secretaria do Sindicato, que funcionará, nos dias úteis, das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00 horas. O prazo para impugnação de candidaturas é de 05 (cinco) dias, a contar da publicação da relação das chapas inscritas, no jornal O ESTADO. Não atingindo o quorum estatutário fixado para a primeira eleição, bem como em caso de empate entre as chapas mais votadas, haverá uma segunda eleição nos dias 13 e 14 de abril de 1993, nos mesmos horários e locais de votação da primeira eleição, obedecidas às mesmas formalidades estatutárias.

Mauro Guimarães Passos
Presidente do SINERGIA

Mário César Silva
Presidente da Comissão Eleitoral

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinovado Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Mercosul TRABALHADOR QUER ENTRAR NA DISCUSSÃO

Por Jacques Mick
NOIS/Folha Sindical

Em 1993, a Central Única dos Trabalhadores exigirá, junto com as centrais sindicais da Argentina, Uruguai e Paraguai, a democratização do processo de integração que resultará na criação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul. A promessa é do secretário do Políticas Sindicais da CUT, Miguel Rosseto, que participou de um debate sobre o tema, no último dia 4 no Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região.

A CUT acompanha o processo de criação do Mercosul desde 1988, quando foram realizados os primeiros tratados, inicialmente entre Brasil e Argentina, para o rompimento de barreiras de comércio entre os países. Em 1990, os presidentes dos quatro países se reuniram na capital paraguaia para assinar o Tratado de Assunção, estabelecendo o Mercado Comum entre Brasil, Argentina a partir de 1º de janeiro de 1995, com a adesão do Uruguai e Paraguai a partir de 1º de janeiro de 1996.

"O Tratado foi assinado no auge do neoliberalismo na América Latina", afirma Rosseto. À época, os presidentes da Argentina, Carlos Meném; Uruguai, Luís Alberto Lacalle; Paraguai, Andrés Rodríguez e Brasil, Fernando Collor, ainda contavam com algum prestígio entre a população de seus países. E foi graças a esse prestígio que os presidentes das quatro nações conquistaram dos parlamentos o poder total de negociar as questões relativas ao Mercosul. "O setor privado e os trabalhadores não têm qualquer poder decisório", lembra o sindicalista.

Esse processo excludente deixa os trabalhadores em situação delicada. Apesar de poderem participar de alguns grupos de trabalho que estudam temas específicos da integração, não contam com qualquer movimento de massas pela democratização do Mercosul. "A variável de pressão que o Mercosul traz ao Brasil frente à política reces-

siva é mínima", reconhece Rosseto.

A participação nos grupos de trabalho gerou um acúmulo de discussão nas centrais sindicais dos quatro países. Em 1993, as entidades pretendem reunir forças para apresentar aos governos de seus países uma carta de direitos sociais, contendo uma plataforma de direitos individuais e coletivos para os trabalhadores da região, além de diretrizes para uma política industrial, agrícola e de serviços para o Mercado Comum, propondo a criação de fundos sociais de reestruturação para setores defasados da economia e de preservação do meio ambiente.

A intenção das entidades sindicais é transformar o eixo central em torno do qual se estrutura o processo de integração. As centrais querem que o Mercosul seja instrumento de melhoria da qualidade de vida da população dos quatro países. Segundo Rosseto, "a lógica de integração do Mercosul representa uma política de subserviência das economias nacionais a um modelo de inserção na economia internacional. Esse modelo tende a criar uma plataforma de produção voltada à exportação, para fortalecer os grandes grupos econômicos e sucatear as pequenas empresas".

Para o sindicalista, "o grande problema é que eles mentem com verdades. Traduziram para si propostas dos setores democráticos e populares da América Latina, como a da integração, que visava romper com a exploração colonial desde os tempos de (Simón) Bolívar e sua Pátria Livre".

Rosseto sintetiza em duas frases a opinião da CUT sobre o Mercosul, acentuando a importância da criação de forças de resistência a esse processo nas diversas categorias sócio-profissionais: "A Central é favorável à integração regional, quando baseada no desenvolvimento econômico e na complementação das economias. Mas diz não ao Mercosul, se ele for constituído a partir da lógica neoliberal."

TRIBUNA Livre

Incentivo à Verdade

Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil

Alguns sindicatos que compõem a Intersindical da Eletrosul receberam cópia de um abaixo assinado de 24 empregados solicitando o empenho dos sindicatos junto à ELETROSUL/ELETOBRAS na abertura de um novo processo de demissão incentivada.

Comentam também os empregados que o Presidente e o Diretor Administrativo da ELETROSUL querem reabrir o programa; só não fazendo devido "a posição contrária sempre tomada pelos Sindicatos".

Lamentamos esta posição do Presidente e Diretor Administrativo da ELETROSUL mais uma vez, querendo jogar os empregados contra os Sindicatos, quando são sabedores da posição da ELETOBRAS sobre o assunto.

Bastaria apenas ler o fax nº 196/92, de 10.12.92, da ELETOBRAS, endereçado ao Dr. Pasin que diz: "em atenção ao seu fax de 08.12.92 sobre demissão incentivada estamos recomendando às empresas que não adotem medidas adicionais às já praticadas no contexto da reforma administrativa, no que se enquadra a proposta apresentada por V. Sa. à nossa apreciação".

Esta resposta da ELETOBRAS está baseada na posição do Ministério das Minas e Energia que quer analisar a situação atual dos quadros de pessoal em função das necessidades organizacionais das empresas, referido no mesmo fax.

Esta preocupação do Ministério já foi relatada pelo Ministro Paulino Cicero ao CNE, quando declarou que a reforma administrativa imposta ao setor pelo Governo Collor tinha sido um vandalismo técnico administrativo.

Inúmeros exemplos deste "vandalismo administrativo" são encontrados na própria ELETROSUL. Só para citar um, quem não se lembra dos técnicos altamente especializados, treinados durante três anos nos Estados Unidos, preparados para implantar o Sistema DETRE, a um custo altíssimo, que foram "demitidos" pelo plano de incentivo. A empresa pagou para estes empregados (que ela tanto investiu) saírem. Este tipo de "incentivo" com o dinheiro público deveria ser apurado pelos órgãos competentes, e os responsáveis punidos.

Esta leviandade administrativa havida no passado, utilizada para concretizar um projeto de um Presidente obcecado em promover demissões, provocou injustiças, disfunções e distorções de toda natureza dentro da empresa. Contra isto, e não contra uma política racional de pessoal é que os sindicatos sempre se opuseram.



PENA DE MORTE: QUAL A MAIOR VIOLÊNCIA?

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) está divulgando uma nota contrária à pena de morte no Brasil. A nota foi encaminhada a todas entidades de luta e defesa dos direitos dos cidadãos do país para abrir o debate sobre o assunto. Nela o movimento diz que a pena de morte já existe extra-legalmente no Brasil e sua transformação em norma "significará mais uma forma de violência contra os setores excluídos da sociedade brasileira." O MNDH reúne aproximadamente 300 organismos de direitos humanos nacionais. Eis a íntegra da nota:

"Pena de Morte Já Existe. Legalizá-la Será Mais Uma Forma de Violência.

"A atual escalada de violência no Brasil causa imensa preocupação a todos quantos se preocupam com a estabilidade democrática e com a justiça social neste país.

As vítimas dos crimes não são apenas aqueles concidadãos que morrem diariamente em homicídios urbanos e rurais. São também os seus familiares, deixados frequentemente no abandono, tanto por parte do Estado, quanto da própria sociedade como um todo, assim que passa o impacto dos fatos sangrentos.

A impunidade continuada dos mandantes e executores de crimes - principalmente quando cometidos nos escalões mais altos da pirâmide social - choca a população e provoca uma descrença ainda maior nas instituições democráticas e no Estado de Direito.

O modelo sócio-econômico excludente e concentrador de renda alia-se à vigência de um sistema de valores para transformar a vida em um elemento secundário e descartável. Este sistema baseia-se no individualismo absoluto, na colocação do "levar vantagem em tudo" como a regra da coexistência entre os seres humanos. Coloca o dinheiro e o prestígio social como metas principais da vida. Em nome de ter mais e do poder mais, tudo é sacrificado.

Neste contexto, os meios de comunicação de massa assumem um papel fundamental, na medida em que também transformam os acontecimentos - e os fatos cotidianos da violência - em mercadorias. No jogo da concorrência, tudo é utilizado. Desaparecem, inclusive, os limites da veracidade e da privacidade e a própria norma jornalística da objetividade é subestimada.

Diante deste quadro, volta à cena brasileira a campanha pela pena de morte. Ela já existe extra-legalmente no Brasil. Diariamente, centenas de pessoas - principalmente crianças e adolescentes e trabalhadores de baixa renda, assim como pessoas que já tiveram alguma passagem pela polícia - são assassinadas nas cidades brasileiras. Entre os executores, policiais e integrantes de grupos dos esquadrões da morte.

Transformar a pena de morte em norma legal significará estabelecer mais um mecanismo de violência contra os brasileiros já sistematicamente excluídos da sociedade.

estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais forem implantadas no país.

Uma sociedade menos violenta passa pela mudança do modelo econômico, pela reformulação do atual sistema de segurança pública e aplicação da Justiça, pela modificação das formas tradicionais de fazer política, por uma maior organização e conscientização da sociedade civil. Passa por uma tomada de consciência ética, aplicada não somente em relação aos mandatários, mas também ao cotidiano de cada cidadão e cidadã.

Uma sociedade menos violenta no Brasil



Não resolverá a questão da violência, nem diminuirá a escalada da criminalidade. É o que demonstram, inclusive, as estatísticas dos países em que esta pena continua em vigor.

Adotar a pena de morte no Brasil é também contrariar a Constituição e desrespeitar as convenções que o nosso país já assinou, comprometendo-se, diante da comunidade internacional, a não retroceder neste sentido.

A experiência do Movimento Nacional de Direitos Humanos no trato diário com a questão da violência no Brasil indica que ela só será contida na medida em que novas

passa também por uma urgente reformulação na postura de grandes meios de comunicação de massa, principalmente a televisão. Como serviço público, um instrumento tão poderoso - como, por exemplo, a Rede Globo de Televisão - não pode arbitrariamente fazer campanha pela pena de morte, manipulando seus noticiários e reportagens.

Não será com pena de morte que o Brasil continuará sendo passado a limpo. Mas com a implantação de uma ética que abranja todos os setores da sociedade. É que possa garantir aos trabalhadores brasileiros o mais fundamental dos direitos. O direito à vida."